

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA

JANAINA JOKREPOYRE LIMA AMJITOPYTYTI

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: preservação cultural do povo Parkatêjê

**MARABÁ – PA**

**2023**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA

JANAINA JOKREPOYRE LIMA AMJITOPYTYTI

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: preservação cultural do povo Parkatêê

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade de Ciências da Educação do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito final para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Ma. Vanja Elizabeth Sousa Costa

**MARABÁ – PA**

**2023**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará**  
**Biblioteca Setorial Josineide da Silva Tavares**

---

A517e Amjitopytyti, Janaina Jokrepoyre Lima  
Educação escolar indígena: preservação cultural do povo Parkatêjê /  
Janaina Jokrepoyre Lima Amjitopytyti. — 2023.  
51 f. : il. color.

Orientador (a): Vanja Elizabeth Sousa Costa.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Ciências da Educação, Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, Marabá, 2023.

1. Indígenas - Educação. 2. Língua materna - Estudo e ensino. 3. Línguas indígenas. 4. Cultura. 5. Aprendizagem. 6. Professores – Formação. I. Costa, Vanja Elizabeth Sousa, orient. II. Título.

---

CDD: 22. ed.: 371.829

Elaborado por Miriam Alves de Oliveira – CRB-2/583

## EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: preservação cultural do povo Parkatêjê

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade de Ciências da Educação do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito final para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Data de aprovação: Marabá (PA), 02 de março de 2023.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup>. Ma. Vanja Elizabeth Sousa Costa Faculdade de Ciências da Educação-  
FACED - ICH/ UNIFESSPA  
(Orientadora)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Teresinha Pereira Cavalcante Faculdade de Ciências da Educação-  
FACED - ICH/ UNIFESSPA  
(Membro)

---

Prof.<sup>o</sup> Dr. Cloves Barbosa Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-  
Tocantins – FACSAT- ICH/ UNIFESSPA  
(Membro)

**MARABÁ – PA**

**2023**

“Aqui nessa terra, era tudo do índio Parkatêjê tudo: aqui, o Jacundá, a Serra, a Kupakrô (aldeia na Cabeceira do manguari), o Moju, mais o rio Capim até a boca do Moju, tudo era do Parkatêjê, tudo” (Capitão Toprãmre Krôhokrenhum Jõ Paipaire).

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pai poderoso, por ter me concedido chegar até aqui. À minha família, que sempre me apoiou para que eu viesse a obter esta conquista. Aos professores do Curso de Pedagogia, que deixaram em mim sabedoria e conhecimentos que irei guardar para sempre. Aos meus colegas de sala de aula, por estarem sempre juntos nesta caminhada. À minha orientadora pela excelente orientação, pelos conselhos e ensinamentos que foram fundamentais para a concretização deste Trabalho de Conclusão de Curso. À Comunidade Indígena Parkatêjê, por ter permitido a pesquisa de campo. Aos mais velhos das comunidades indígenas, que passaram informações que contribuíram para este trabalho. Aos professores bilíngues, pela atenção no decorrer das entrevistas para a realização desta pesquisa. Aos professores da E.E.I.E.I.F.M Peptykre Parkatêjê.

## RESUMO

Este estudo é resultado de uma pesquisa realizada na Comunidade Indígena Parkatêjê, localizada na Terra Indígena Mãe Maria que tem seu território à margem direita da BR 222, Km 30 no sentido Bom Jesus do Tocantins – PA, a terra é banhada pelo Igarapé Mãe Maria que denomina o seu nome. A pesquisa trata da Educação Escolar Indígena: preservação cultural do Povo Parkatêjê. O objetivo geral foi identificar o processo do ensino-aprendizagem da língua materna Parkatêjê através da oralidade entre os mais velhos da comunidade e os professores bilíngues da escola. Já o objetivo específico buscou verificar como os professores bilíngues realizam suas aulas práticas para o ensino da língua materna, tanto em sala de aula como na aldeia como uma atividade prática de campo. Optamos por uma abordagem qualitativa de pesquisa com a realização da Pesquisa de Campo, tendo como procedimentos para coleta de dados as entrevistas que realizamos em forma de escutas, principalmente com os mais velhos da comunidade e 3 professoras da escola, além das observações realizadas na comunidade e na Escola Estadual de Educação Infantil Fundamental e Médio Peptykre Parkatêjê. Portanto pesquisar o ensino-aprendizagem da língua materna indígena na aldeia Parkatêjê foi sobretudo de grande valia, pois como resultados pudemos compreender que a educação indígena bilíngue e diferenciada é importante para os indígenas na revitalização da língua materna, visto que o tronco linguístico macro – jê é o elo principal para esse povo que os identificam às variadas sociedades. Concluímos ainda que os professores bilíngues transmitem uma oralidade para os alunos e alunas indígenas, o que vem fortalecendo os saberes culturais da língua materna Indígena Parkatêjê na comunidade.

**Palavras – Chave:** Língua Materna. Povo Parkatêjê. Professores Bilíngues.

## ABSTRACT

This study is the result of research made in the Parkatêjê Indigenous Community, located in the Mãe Maria Indigenous Land, which has its territory on the right side of the BR 222, Km 30, towards Bom Jesus do Tocantins/PA, the Earth is bathed by the Mãe Maria stream that is Where its name has origin. The research deals with Indigenous School Education: cultural preservation of the Parkatêjê People. The general objective was to identify the teaching-learning process of the mother language Parkatêjê through orality between the community's elders and the school's bilingual teachers. The specific objective aimed to verify how the bilingual teachers carried out their practical classes for teaching the mother language, both in the classroom and in the village as a practical field activity. We opted for a qualitative approach of research with the accomplishment of the Field Research, having as procedures for data collection the interviews that were made in the form of listening, mainly with the oldest members of the community and 3 teachers of the school, in addition to the observations developed in the community and at the Peptykre Parkatêjê Elementary and Middle School of Early Childhood Education. Therefore, studying the teaching-learning of the indigenous mother language in the Parkatêjê village was especially of great value, because as a result we could understand that bilingual and distinct indigenous education is important for the indigenous people in the revitalization of the mother language, since the wide perspective of the linguistic aspect – jê is the main link for these people that identify them to celebrated societies. We also concluded that the bilingual teachers transmit an orality to the indigenous students, which has been strengthening the cultural knowledge of the Parkatêjê Indigenous mother language in the community.

**Keywords:** Mother Language, Parkatêjê People, Bilingual Teachers.



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>2. DESAFIOS E CONQUISTAS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA .....</b>	<b>14</b>
2.1 A localização da terra indígena Mãe Maria.....	14
2.2 Antecedentes históricos da educação escolar indígena .....	17
2.3 Educação indígena intercultural na prática diferenciada .....	21
<b>3. CONHECENDO O POVO PARKATÊJÊ.....</b>	<b>24</b>
3.1 Oralidade indígena como forma de comunicação para o Povo Parkatêjê.	29
3.2 Caracterização da E.E.I.E.I.F.M Peptykre Parkatêjê .....	30
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>37</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>44</b>
<b>APÊNDICE 01: ENTREVISTA COM OS PROFESSORES BILÍNGUES .....</b>	<b>47</b>
<b>APÊNDICE 02: TERMOS DE CONSENTIMENTO .....</b>	<b>48</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996, prevê como particularidade das escolas indígenas, a autonomia em relação à forma de organização e em relação ao calendário escolar. Esse deve adequar-se às singularidades locais, respeitando o clima e a economia e pode ser organizado de acordo com o que convém à cultura local. Quanto à forma de organização, o Artigo 23 da referida Lei diz que a organização didática das escolas pode constituir-se "[...] em séries anuais, em períodos semestrais, em ciclos, em alternância regular de períodos de estudo, em grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização" (BRASIL, 1996).

No que consiste à formação de professores, a LDB, no Artigo 87, parágrafo 3º, inciso III, "obriga a União, os Estados e os Municípios a realizarem programas de formação e capacitação de todos os professores em exercício [...]". (BRASIL 1996). É nos cursos de formação que os professores indígenas elaboram materiais didáticos e organizam projetos de pesquisas e oficinas de produção de materiais.

Todos os princípios contidos na LDB/1996 permitem constituir uma nova escola, bem diferente da escola assimilacionista e assistencialista que durante quase cinco séculos dominou a educação escolar indígena. Porém, vale ressaltar que muitos desses princípios ainda não saíram do papel. Há muitos desafios a serem vencidos até que a educação escolar indígena se dê de modo diferente daquela e seja usada para a emancipação dos indígenas. A apropriação de um sistema de escrita, pelos povos indígenas, que permita elaboração de materiais didáticos adequados é um desses desafios.

Compreende-se ainda que, todos os saberes existentes e, tomando como referência a comunidade Parkatêjê, surgem da necessidade de sobrevivência dos seres humanos. Daí, pode-se dar como exemplo, os modos de existência dos Parkatêjê: A corrida de tora por exemplo, para o povo Parkatêjê sempre foi uma forma de saber qual grupo e mais corredor e quem tem mais resistência, a nomeação do nome de um jovem, quando colocado ele vai saber a que grupo pertence, a qual grupo vai correr tora, por exemplo, se

meu pai colocou meu nome, e ele corria para o grupo do arara então vou seguir a linhagem do meu nome e vou correr para a arara, mais se eu tiver um filho e o meu parente que colocar o nome seja corredor do gavião, posso correr para o gavião para ajudar meu filho.

Como se pode notar, essas tradições nos mantiveram vivos, ou seja, o exercício da prática corporal faz parte incondicional da educação e vida social indígena. Diga-se de passagem – nós tivemos a necessidade de construir através do trabalho todas as práticas sociais que nos definem até hoje como povo Parkatêjê. Em relação aos nossos aspectos linguísticos, concorda-se com Bomfim e Costa (2014) no que diz respeito ao sentido de revitalizar uma língua, dizem que:

[...] revitalizar não é sinônimo de voltar a falar uma língua, mas de reconhecer a função de uma língua em uma comunidade. Função que independe da fala, tornando-se essa apenas uma das funções possíveis. A revitalização contribui para mostrar que língua não é sinônimo de uso para a comunicação, essa premissa já não é única há muito. Neste processo de busca da língua indígena, a comunicação ganha novos aspectos, inclusive identitários, para mostrar que comunicar, conversar, aparecer, convencer, fortalecer, são apenas alguns itens [...] (p. 19).

O histórico da educação formal entre os Parkatêjê, data do ano de 1976 do século passado, nesse início, esteve sob a responsabilidade da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI<sup>1</sup>), no ano de 1989 essa responsabilidade passou para a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), considerada responsável pela primeira experiência com povos indígenas no Estado do Pará (ARAÚJO, 1996). Diante de um percurso de muitas tentativas, esse projeto escolar foi aceito em definitivo a partir do momento em que se estabeleceu um diálogo entre os regimes tradicionais de conhecimentos e a escola, ou seja, quando especificidades culturais dos Parkatêjê foram atendidas.

Santos (1994) salienta que cada sociedade é movida por dinâmicas, crenças e lógicas internas peculiares. Sendo assim, a cultura de determinado povo o fará único entre os demais, pois somente sua história pode explicar "as maneiras como seus setores, suas concepções, formas, produtos, técnicas,

---

<sup>1</sup> No atual governo (2023) esse órgão manteve a sigla, mas se chama doravante Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

instituições se relacionam, formando uma teia que condiciona seu próprio desenvolvimento" (p. 76), e isso precisa ser considerado na escola.

Por outro lado, é crescente o interesse desse povo em buscar meios para revitalizar a língua tradicional, que ainda é falada pelo mais velhos na aldeia. Isso se observa em atividades tradicionais nas quais o povo Parkatêjê continua a se fazer presente, no esforço dos professores indígenas em inseri-la na escola, no empenho dos velhos para repassar aos jovens e às crianças as narrativas orais (como textos míticos, fábulas, canções, entre outras), bem como no envolvimento de todos em empreendimentos cujo intuito é resguardar a língua aos seus descendentes.

Por essas questões este estudo buscou investigar sobre os conhecimentos e a valorização do ensino aprendizagem na língua materna indígena para o povo Parkatêjê, compreendendo que o tronco linguístico Jê Timbira é o foco central principalmente para o sistema linguístico materno. Este estudo está voltado para o povo Indígena Parkatêjê na Terra Indígena Mãe Maria localizada na BR 222, Km 30 entre os rios Flecheiras e Jacundá ambos s afluentes do rio Tocantins, sua terra é banhada pelo igarapé Mãe Maria que nasce dentro da Reserva e denomina a mesma.

Dessa feita tivemos como objetivo geral nesse estudo, identificar o processo do ensino aprendizagem da língua materna Parkatêjê através da oralidade entre os mais velhos da comunidade. Optamos por uma abordagem qualitativa com a realização da Pesquisa de Campo, tendo como procedimentos para coleta de dados as entrevistas como forma de escutas e a observação na comunidade e na escola. Os principais teóricos que embasaram este estudo foram, Camara Jr (1979), MElia (1979), Azeredo (1996), Fernandes (2010), Mariani (2004), além de algumas legislações e documentos pertinentes.

Dentre essas legislações, a LDB prevê, ainda, como particularidade das escolas indígenas, a autonomia em relação à forma de organização e em relação ao calendário escolar.

Esse deve adequar-se às singularidades locais, respeitando o clima e a economia e pode ser organizado de acordo com o que convém à cultura local. Quanto à forma de organização, o artigo 23 da LDB 9394/96 diz que a escola

indígena pode constituir-se em séries anuais, em períodos semestrais, em ciclos, em alternância regular de períodos de estudo, em grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização (BRASIL 2010, p, 23).

Entre os indígenas Gavião destacamos a presença dos bilíngues (povo que fala tanto no dialeto local quanto na língua portuguesa) devido ao maior tempo de contato com os grupos regionais (não-indígenas) que falam a língua portuguesa.

O sistema linguístico materno ocorre com frequência entre os mais velhos, sendo que estes usam a Língua Jê Timbira. O desaparecimento do uso da língua materna preocupa algumas pessoas que são mais envolvidas na língua do Povo Gavião Parkatêjê, pois é cultural falar a língua materna, a qual se vê prejudicada pela intensificação das relações com os vários segmentos da sociedade.

Percebemos que os professores bilíngues da escola Peptykre Parkatêjê, pesquisam e aprende para realizarem suas aulas práticas para o ensino da língua materna, com os mais velhos que são falantes na língua jê, tanto em sala de aula como na aldeia como uma atividade prática de campo.

Esses momentos de pesquisa e realização das aulas práticas acontecem geralmente quando estão no pátio da aldeia, escola e no acampamento local de jogo de arco e fecha, que são locais da aldeia onde os mais velhos estão presentes para auxiliar o professor bilíngue e os alunos.

Também podemos citar que acontecem através das aulas de canto uma oralidade muito forte, pois os alunos e o povo Parkatêjê, cantam muito bem, mais nem todos sabem o significado do que estão cantando, poucos tem a preocupação em saber o que estão cantando e dançando, quando tem confecção dos artesanatos, a corrida de tora, o jogo de arco e flecha ou o preparo do Berarubu (comida típica do povo indígena Parkatêjê) a escola e o povo Parkatêjê sempre busca estar presente nessas atividades culturais, porque e uma preocupação da escola e da aldeia Parkatêjê cultivar seus valores e costumes, vivenciando a cultura do povo indígena Parkatêjê. Pautamos também que a E.E.I.E.I.F.M Peptykre Parkatêjê passa a preservar no

decorrer das aulas uma metodologia de formar cidadãos indígenas falantes na língua materna participando de atividades que permitam maior presença da cultura para os alunos, compreendendo que a Educação indígena é diferenciada, pois a escola revitaliza o tronco linguístico jê timbira fortalecendo a cultura e saberes tradicionais do povo Parkatêjê.

Os professores bilíngues também são alunos dos mais velhos, pois são através dos mais velhos falantes na língua, que os professores bilíngues tiram suas dúvidas na forma de pronunciar, de falar e saber o significado, até porque os professores bilíngues, entendem o que os mais velhos falam, mais não são falantes fluentes na língua Parkatêjê, assim os professores bilíngues conversam, perguntam e fazem com que os mais velhos contem suas histórias de como era antigamente, como viviam, como dormiam, como faziam fogo etc., e assim vão aprendendo como eram as brincadeiras de antigamente e fazendo o resgate e a preservação da cultura juntamente com os mais velhos, e com o povo Parkatêjê.

Nessa interação aprende no dia a dia tantos os professores bilíngues quando os não falantes da língua materna que vão ouvindo num jogo de flecha, na corrida de tora, na preparação das comidas típicas ou na conversa no pátio da aldeia. Hoje as escolas indígenas são obrigadas a incluir nos currículos escolares a disciplina de História e Culturas Indígenas, ressaltando a valorização e reconhecimento das populações indígenas evitando assim a discriminação e ações afirmativas no sentido de que reconheçam a escola como o lugar de formação de cidadãos.

O presente estudo está estruturado da seguinte forma: o segundo capítulo deste trabalho relata os desafios e conquistas da Educação Escolar Indígena com destaque para a localização da TI Mãe Maria, bem como mostrando que as questões educacionais durante o Brasil colônia eram pautadas na legislação Imperial, mas não beneficiava as populações indígenas.

O terceiro capítulo traz os dados sobre o povo Parkatêjê como uma população mais numerosa da TI Mãe Maria composta de três aldeias (aldeia Kupjipokti, chamada de aldeia Parkatêjê) que subdivide-se em aldeia velha, local onde funciona o Instituto Krôhôkrenhũm Parkatêjê, aldeia nova e aldeia Rohikatêjê (negão, local para o projeto de roça), a comunidade Parkatêjê

tem atualmente uma população de 241 pessoas incluindo homens, mulheres e crianças, vivendo em harmonia, em união, mantendo viva a cultura diária da aldeia, mantendo sempre a oralidade como forma de comunicação para o povo Parkatêê, despertando a importância e a valorização da língua materna. O quarto capítulo traz os resultados e discussões da Pesquisa de Campo e análise do PPP da escola indígena.

## 2. DESAFIOS E CONQUISTAS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

A trajetória do Povo Indígena Gavião Parkatêjê foi marcada por violência e discriminação, no entanto, os Parkatêjê lutaram e ainda lutam por seus direitos, sobrevivência e autonomia.

### 2.1 A localização da Terra Indígena Mãe Maria

A Terra Indígena Mãe Maria está localizada no município de Bom Jesus do Tocantins, no sudeste do Pará e a Reserva do Povo Gavião Parkatêjê tem seu território localizado à margem direita da BR 222, no Km 30, entre os rios Flecheiras e o Jacundá, ambos fluentes do rio Tocantins. Suas terras são banhadas pelo igarapé Mãe Maria, que nasce dentro da reserva.

**Foto 01** - Terra Indígena Mãe Maria em 2021



Fonte: Google Earth

A imagem apresenta nitidamente a importância da reserva como área de preservação ambiental, bem como se percebe sua pequena extensão, no espaço geográfico da região sudeste do Pará. Segundo Fernandes (2010):

A reserva Indígena Mãe Maria está localizada geograficamente na porção denominada atualmente de município de Bom Jesus do Tocantins, a noroeste da cidade de Marabá, à margem direita do rio Tocantins, na Mesorregião Sudeste do Estado do Pará. Tem como limites naturais os rios Flecheiras e Jacundá, afluentes da margem



direita do rio Tocantins. Foi homologada pelo decreto nº 93.148 de 20 de agosto de 1986 e possui uma área de 62.488,4516 ha (sic!). (p. 9).

Ela é cortada pela Rodovia BR 222, pela Estrada de Ferro Carajás e a linha de transmissão de energia da Eletronorte. Dentro dessa comunidade convivem os Povos PARKATEJE, KYIKATEJE e AKRATIKATEJE. (AMORIM e OLIVEIRA, 2007, p.11 e 12). Estes povos foram denominados Gavião por viajantes do século XIX, que nos seus escritos sempre destacavam o uso de flechas, as quais sempre vinham ornamentadas com penas do pássaro Gavião, onde elas foram atiradas contra os invasores. Os Gaviões da Reserva Mãe Maria, são do grupo Timbira e falam a língua Jê do Norte, sendo essa língua um dialeto timbira oriental.

A divisão existente entre os grupos se deu por motivos de guerras internas no começo do século XX. Os membros ocupantes destes agrupamentos se dividiram e se refugiaram. Nesta fuga cada grupo se autodenominou de acordo com a região onde foram morar. Uma delas chamou-se Parkatêjê (onde par é pé, e jusante, katê é dono e Jê é povo; o Povo do Jusante; enquanto a outra Kyikatêjê: onde Kyi é cabeça, "O povo de montante", porque, no começo do século XX, por motivo de guerra entre as duas etnias, a primeira refugiou-se a montante do rio Tocantins, já no Estado do Maranhão, a terceira unidade que ficou conhecida como "Turma da Montanha", conforme sua autodenominação Akrâtikatêjê (onde Akrâti é montanha), ocupada às cabeceiras do rio Capim. (AMORIM e OLIVEIRA, 2007), relatam que:

Podemos ver que o grupo parkatêjê que refugiara a montante do rio tocantins, ficou conhecido como grupo do maranhão, os akrâtikatêjê ocupavam a cabeceira do rio capim, passou a ser conhecido como grupo da montanha e os kyikatêjê, que habitavam aldeia cocal, são amplamente designados como grupo do cocal (p. 13).

A partir do ano de 2002, o povo Parkatêjê, embora esteja reunida na mesma comunidade indígena, a distinção existente entre os grupos é marcada nos ritos cerimoniais, nas brincadeiras, nas músicas, nas danças, até mesmo no linguajar, nas diferenças nas pronúncias e significados das palavras que denominavam o povo, os objetos, as frutas, entre outros.

É através da operação do sistema linguístico do grupo que algumas diferenças se sobressaem entre os componentes dos antigos grupos sociais. Em meio à comunidade, encontramos e podemos destacar a presença

marcante dos "bilíngues" (povos que falam tanto no dialeto local quanto na língua portuguesa), devido ao maior tempo de contato sistemático com os regionais, ou seja, com os Kupaen (não indígenas) que falam a língua portuguesa, os que constituem o Grupo do Tocantins eram recentemente monolíngues (dialeto sempre indígena), a exceção de alguns jovens e crianças (AMORIM e OLIVEIRA, 2007, p.13).

O sistema linguístico materno opera com mais frequência entre os componentes mais velhos, no entanto, estes usam a língua Timbira apenas entre si, na maioria das vezes, usa-se para advertências, ocasiões cerimoniais, reuniões, músicas etc. O uso da língua materna vem preocupando os líderes dos povos Parkatêjê, afinal, é cultural falar a língua materna, a qual está sendo prejudicada pela intensificação das relações com os vários segmentos da sociedade nacional.

Passados alguns anos com a convivência das três aldeias Akrâtikatêjê, Parkatêjê e Kyikatêjê, em constante união com os moradores do KM 25, o povo Kyikatêjê veio a desmembrar o território em 2012, por motivos internos, assim, saíram em busca de recomeçar um sonho antigo. Unindo algumas famílias, saíram ao encontro da antiga aldeia conhecida como Ladeira Vermelha, fixando ali um novo recomeço, uma aldeia nova denominada Akrâkaprekti.

Ao passar dos anos as divisões entre as populações indígenas continuaram surgindo, então outros novos aldeamentos foram realizados, na Terra Indígena Mãe Maria, recebendo nomeações onde os mais velhos moravam e contavam história sobre estas denominações: Kriamretijê, Kojakati, Hakti jokri, Akrotikatêjê, Akрати, krâpeitijê, Tokyreti, Hôpyre, Krituwa, kyikateje jokri, Krijohere, Mejokrikatêjê, Kripei, Pãmrexá.

## **2.2 Antecedentes históricos da educação escolar indígena**

Durante todo processo da História da Educação do Brasil, a Educação Indígena era conduzida por ordens religiosas ou pelo Estado, a Educação Escolar Indígena apresenta uma marca do Estado no Brasil.

Ao Estado cabia dar apoio estratégico (incluindo a manutenção do aparato militar os empreendimentos geralmente e eram precedidos pela montagem de colônias militares ou presídios e financeiro para o aldeamento indígenas, a maioria deles administrada pelo missionário religioso, cabia ao governo central regularizar seu funcionamento, tarefa que cumpria de longe, de diferentes maneiras, sendo uma delas por meio das leituras de relatórios periódicos dos missionários.

Torna-se necessário regressar algumas décadas no tempo e acompanhar a trajetória da legislação educacional destinada aos Povos Indígenas, situada na conjuntura histórica brasileira. Conhecer a legislação, formulada em âmbito federal, sobre a Educação Escolar Indígena é o único caminho para superar o velho e persistente impasse que marca a relação dos Povos Indígenas.

O principal objetivo da Companhia de Jesus era o de recrutar fiéis e servidores. A catequese assegurou a conversão da população indígena à fé católica e sua passividade aos senhores brancos. A missão da Companhia de Jesus era a de catequizar, ou seja, conseguir adeptos à fé católica, tornar os índios mais dóceis e submissos, adaptando-os à mão de obra. Agindo assim, garantia para si lucros financeiros e a formação de futuros sacerdotes, o que não lhe era assegurado à proposta inicial (RIBEIRO, 1993, p.1).

As questões educacionais na colônia eram pautadas a Legislação Imperial, sendo que a legislação da época não beneficiava as populações indígenas. "A escola é rapidamente citada no Regulamento da catequese e civilização dos índios, seja pelo regulamento das missões de 1845, que propõe às Assembleias das províncias a criação de escolas nos aldeamentos" (AMOROSO, 2001, p.137). Esses princípios se mantiveram nos séculos de colonização, reforçados pela atuação de outras ordens religiosas como os Jesuítas, Beneditinos, Franciscanos, Carmelitas, dentre outros. Já a lei de terras, de 1850, permitia a remoção e a reunião das aldeias, desfazendo estruturas socioculturais presentes entre os nativos.

Os portugueses que chegaram à terra brasileira ao se depararem com as sociedades indígenas, logo trataram de classificá-las como bárbaras ou atrasadas, visto não dominarem a escrita, técnica considerada na época como capacidade avançada do intelecto. Para eles os nativos só utilizavam a

memória para assegurar os seus conhecimentos míticos, econômicos, sociais e transmitir sua história, sua cultura, suas lendas e suas línguas, por isso aos jesuítas foi inicialmente incumbida a missão de letrar os indígenas.

Os europeus desconheciam, por exemplo, que as formas, traços e cores esculpidos nos corpos dos indígenas não eram simples adornos, mas símbolos que registravam rituais de passagens, clã e muitas outras informações sobre a pessoa, que só uma pesquisa detalhada pode explicar.

Os padres jesuítas vieram para as terras brasileiras a partir de 1549, sendo inaugurada com eles a primeira fase da Educação Escolar Indígena e da educação brasileira, em que se inicia o letramento do indígena e a formação de uma unidade nacional, conseguida principalmente com o combate às línguas nativas. Esses religiosos, segundo Azeredo (1996, p. 496), "eram disciplinados, possuíam uma fé inabalável e estavam dispostos a qualquer sacrifício", características indispensáveis a quem teria que se estabelecer numa terra hostil para implantar o poder da Igreja, defendendo e propagando a fé.

No início do processo de catequização, dedicaram-se a aprender as línguas indígenas para melhor introduzirem os ensinamentos religiosos.

O objetivo geral dos missionários era a comunicação com os nativos para fim de propaganda religiosa. Isso quer dizer que a realidade linguística só valia como meio. Era preciso conhecer a língua para por meio dela entrar em contato com os indígenas e promover a catequese religiosa (Câmara Jr, 1979, p. 101).

Aspilcueta Navarro, segundo Azeredo (1996, p.498), foi o primeiro jesuíta a aprender a língua indígena e dela se utilizou desde 1550 na pregação aos ditos selvagens, tornando-se o primeiro mestre e missionário dos nativos. Porém, o aprendizado da língua indígena era apenas um recurso para alcançar o objetivo dos missionários: catequizar os nativos. Por meio das línguas brasileiras, o português, obrigando os indígenas a abandonarem suas línguas e, conseqüentemente, grande parte seu imaginário e legado cultural, haja vista que a língua, segundo Mattoso Câmara (1979, p. 25), se apresenta, pois, como um microcosmo da cultura. Tudo que esta última possui se expressa através da língua; mas também a língua em si mesma é um dado cultural.

O ensino da língua portuguesa visava, ao mesmo tempo, plasmar a unidade nacional, colonizar as terras brasileiras os domínios portugueses. "A

colonização linguística no século XVI sustenta ideologicamente o próprio ato da expansão marítima e religiosa" (Mariani, 2004, p. 29). Desta feita, um dos primeiros atos dos colonizadores foi introduzir seu idioma, pois ele configurava-se como uma instituição portuguesa, logo devia ser implantada junto aos nativos para confirmar seu domínio sobre eles.

Vale ressaltar que o letramento, ao qual se dedicavam os jesuítas, destinava-se aos índios homens, sendo as mulheres deixadas de fora do processo. Isso ocorria porque os europeus não tratavam as mulheres com respeito e igualdade. Nem as mulheres de famílias tradicionais e abastadas tinham acesso à educação escolar na Europa, o máximo que elas conseguiam era que lhes ensinassem as primeiras letras com a finalidade de lerem seus livros de reza. Poucas eram as que ainda conseguiam esse privilégio, como afirma Arilda Ribeiro:

Sendo também um alfabetizador, Trancoso foi procurado certa vez por uma dama da sociedade portuguesa que lhe pedia que lhe ensinasse a ler, já que suas vizinhas liam os livros de rezas na missa e ela não. Respondeu-lhe o poeta que como ela não tinha aprendido a ler na casa dos pais durante a infância, e agora já passava dos 20 anos de idade, deveria contentar-se com as contas do rosário de orações. No entanto, ele enviava-lhe um abecedário moral, em que cada letra do alfabeto continha implícito um padrão de comportamento desejado na sociedade seiscentista. Por exemplo, a letra A significava que a mulher deveria ser amiga de sua casa, H humilde ao seu marido, M mansa, Q quieta, R regrada. S sisuda, entre outros. Encerrava dizendo que se ela cumprisse esse abecedário saberia mais do que aquelas senhoras que liam livros religiosos (Ribeiro, 2007, p. 79).

Nas sociedades indígenas, porém, o índio via a mulher como sua companheira, não se considerando melhor que ela. "O trabalho e o prazer do homem, como da mulher indígena, eram considerados equitativos e socialmente úteis" (Ribeiro, 2007, p. 80). Então, para os indígenas era inimaginável impedir que sua companheira tivesse acesso à leitura e à escrita.

Não cogitavam, como os europeus, que o letramento da mulher fosse um perigo. Por isso, segundo Ribeiro (2007, p. 80): "a primeira reivindicação pela instrução feminina partiu dos indígenas brasileiros que foram ao Pe. Manoel de Nóbrega pedir que ensinassem suas mulheres a ler e escrever". O padre, vendo que seria boa a proposta, pois a instrução da mulher indígena lhe traria mais respeito e inibiria, assim, as relações variadas e sem bases

religiosas entre branco e índias, mandou uma carta a Dona Catarina, rainha de Portugal, solicitando o ensino às mulheres indígenas. Pedido negado, afinal "por que então oferecer educação para mulheres 'selvagens', em uma colônia tão distante e que só existia para o lucro de Portugal?" (Ribeiro, 2007, p. 81).

O modelo jesuítico de ensino pode ser dividido em três grandes etapas: no século XVI, foi para a catequese e conversão dos gentios e organização do sistema educacional jesuítico; no século XVII, trabalhou-se para a expansão horizontal desse sistema e no século XVIII, os religiosos empenharam-se na organização dos seminários. Essa expansão do modelo jesuítico deu tão certo porque, segundo Azeredo (1996, p.500), "para a catequese e colonização os padres usavam tanto a influência de meninos brancos quanto os próprios meninos índios, os quais iam ensinar seus pais na própria língua indígena".

O letramento do indígena foi conseguido através das escolas primárias e pelas aulas de gramática e, aos poucos, o português se tornou idioma geral. Azeredo (1996, p.501) chega a afirmar que "a expansão do idioma correspondia à efetiva expansão do território". isto é, tanto a colonização quanto a catequização realizavam-se via letramento dos aborígenes.

A língua portuguesa só foi ameaçada pela língua tupinambá que, dentre as línguas indígenas, foi a que mais se expandiu, falada por índios, colonos e, inclusive, usada nos púlpitos. Por isso, em 1727, o primeiro-ministro de Don João IV, Pombal, proibiu o uso da citada língua através do Diretório dos Índios, ato que pode ser registrado como uma das violências aos povos brasílicos.

Porém, só uma década depois da expulsão dos jesuítas o Marquês de Pombal implanta o ensino público oficial (1772) e instituiu as aulas régias e o subsídio literário. As mudanças na Educação só significaram troca de nomenclatura e de interesse: as escolas da Companhia de Jesus tinham por objetivo maior servir aos interesses da Igreja; as escolas pombalinas tinham por objetivo mais relevante servir aos interesses do Estado, visto que Portugal estava em decadência e precisava se reerguer, para isso pretendia tirar o maior proveito de sua colônia Brasil. A expulsão dos jesuítas não significou,

porém, mudança no ensino, mas destruição de todo um sistema educacional até então implantado, mantido e expandido.

### **2.3. Educação indígena intercultural na prática diferenciada**

O início do século XX se configura um segundo momento da educação escolar indígena, quando é criado o Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI/ILTN), em 1910.

Assim, desde a República, o serviço de proteção ao índio passou a atuar de forma mais categórica em territorializar, civilizar e integrar aos Povos Indígenas a sociedade nacional, e um dos meios para concretizar esses objetivos era através da implantação das instituições escolares, inseridas pelo SPI em cada posto indígena.

A principal contribuição do SPI ao indigenismo nacional está na efetivação de uma política de respeito à pessoa do índio, de responsabilidade histórica por parte da nação brasileira, pelos destinos dos povos indígenas que habitam o território nacional, e no modo dedicado e altruísta pelo qual os seus agentes foram treinados para atender as necessidades básicas dos Índios. (GOMES,2010, p.88).

Em 1967 é criada a Fundação Nacional do índio (FUNAI), que substituiu o SPI. Portanto o novo órgão passou a ser responsável oficial pela proteção dos direitos dos povos indígenas em todo território brasileiro. Segundo Ferreira (2001, p.75) era responsabilidade da FUNAI direcionar as questões educacionais.

Os dispositivos sobre educação constante nesta lei dizem expressamente que a educação do Índio deve levá-lo à integração nacional. Está mais evidente a contradição dessa lei com os preceitos constitucionais, o que implica em sua total reformulação. (GRUPIONE, 1995, p.7).

As escolas mantidas pela FUNAI eram modelo de escola dos "brancos" sendo adaptados para servir os Povos Indígenas, onde utilizava a pedagogia integracionista, contribuindo para a dominação cultural indígena. As políticas indigenistas foram subordinadas aos planos de defesa nacional.

A FUNAI foi criada na conjuntura política do plano da ditadura militar, de 1964 a 1985. A ação da FUNAI durante a ditadura foi fortemente marcada

pela perspectiva de assimilação. Ressalta-se que de acordo com os períodos citados, sobre a Educação Indígena houve vários momentos, mais não quer dizer que um período só começava com afunilamento dos outros, até mesmo porque umas estão sobrepostos às outros.

Nos anos de 1970 do século passado, inicia-se um movimento incisivo de organizações dos povos indígenas, pois após um intenso período de luta e resistência as populações indígenas contaram com o apoio de setores da igreja, e ONGs, começaram a pensar em buscar um modelo de educação que respeitasse os valores tradicionais indígenas.

É nesse novo contexto que os povos indígenas têm reivindicado uma escola que lhes sirva de instrumento para a construção de projetos autônomos de futuro, dando - lhes acesso a conhecimentos necessários para um povo tipo de interlocução como o novo mundo de fora da aldeia. O que a FUNAI soube fazer na área de educação escolar indígena, foi assinar convênios com igrejas fundamentalistas norte americanas, transferindo-lhes o papel de cuidar da educação, que é uma obrigação do Estado. Fruto de ações paternalistas, ocasionais, isoladas, empíricas, e recebendo interferência das "Missões de fé", essa educação coordenada pela FUNAI nunca considerou e valorizou a experiência e a reflexão dos professores indígenas, suas comunidades e assessores, e dos especialistas no assunto, assim que nunca estimulou a definição de uma política nacional de Educação Escolar Indígena.

Em função disso tudo, pareceu nos interessante retirar da FUNAI e atribuir ao Ministério da Educação a competência para coordenar as ações referentes à educação escolar indígena no país. Isso, porém não deve e não pode significar abrir mão da reivindicação/princípio de que a escola indígena deve ser federal, para evitar que interesses econômicos - políticos locais determinem seus rumos. O maior saldo da constituição de 1988, que rompeu com uma tradição da legislação brasileira, diz respeito ao abandono da postura integracionista, que sempre procurou incorporar os índios à "comunidade nacional", vendo como uma categoria étnica e social transitória fadada ao desaparecimento (BRASIL, 1998. p.56).

Portanto, a partir da constituição de 1988, vários direitos foram assegurados aos Povos Indígenas, como, o direito a diferença, estabelecendo uma nova postura de reconhecimento e valorização dos povos indígenas, garantindo legalmente a população indígena o respeito à sua organização social, a costumes, línguas, crenças e tradições, portanto foram instituídas



escolas indígenas contribuindo para o processo de afirmação étnica e cultural desses povos. Passando a receber um tratamento diferenciado por parte do Ministério da Educação.

Com o Decreto 26/91, a Educação indígena deixou de ser responsabilidade da Função Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e passou a ser responsabilidade do Ministério da Educação e Cultura (MEC), assumindo assim a coordenação das ações Educacionais em Terra Indígenas, foi transferida para o Ministério da Educação e a execução das ações ficou sob a responsabilidade dos Estados e Municípios.

E preciso reconhecer que a formação inicial e continuada dos próprios Índios, enquanto professores de suas comunidades vedem ocorrer em serviço e concomitantemente à sua própria escolarização. A formação que se contempla deve capacitar os professores para a elaboração de currículos e programas específicos para as escolas indígenas; o ensino bilíngue, no que se refere à metodologia e ensino de suas línguas e ao estabelecimento e uso de um sistema ortográfico das línguas maternas (BRASIL, 1996).

Diante dessa trajetória da legislação educacional indígenas, compreende-se que são notórios alguns avanços adquiridos pelas normas jurídicas em busca do atendimento aos interesses e necessidades das populações indígenas.

Vale ressaltar, porém que o governo está longe de encontrar um caminho que atenda às etnias de acordo com os interesses da população indígenas, respeitando seus modos de vida, de qualquer forma, diversos movimentos têm sido realizados com o objetivo de buscar soluções para as lacunas deixadas pelo sistema educacional, que tem como responsável pela educação indígena o Ministério da Educação e Cultura (BRASIL, 1998).

No entanto, as mudanças tiveram um alcance maior apenas nos aspectos operacionais e metodológicos e não parecem ter rompido totalmente com modelo conceitual anterior, pois mesmo com as leis que assegurem uma educação diferenciada, ainda há uma lacuna entre a lei e a realidade vivenciada, na prática é totalmente diferente, principalmente quando se trata da questão educacional indígena.

### 3. CONHECENDO O POVO PARKATÊJÊ

O povo Indígena Parkatêjê conhecido na literatura como o povo gavião do sudeste do Pará, pertencem ao tronco linguístico Jê Timbira, à família Jê. Por muitos anos o povo Parkatêjê foi liderado pelo cacique Toprimre Krôhokrenhũm, conhecido como "Capitão" até sua partida em outubro de 2016.

**Foto 02** - Vista parcial da Comunidade Indígena Parkatêjê



Fonte: <https://pib.socioambiental.org>

Segundo relatos do cacique Toprimre Krôhokrenhũm, os Parkatêjê eram poucos, porém com a união de outras etnias teve um crescimento significativo. O histórico do contato é marcado pelas mortes e doenças advindas dos Kupê (não indígenas), o que levou a quase extinção o grupo nos anos de 1950 e 1960 do século passado.

Os 15 (quinze) Parkatêjê restantes (povo jê-Timbira) liderados por Krôhokrenhũm, aceitaram um acordo de realocação, proposto pelos agentes do serviço de proteção ao índio na época, para proteger os castanhais de invasores e ocupar aquele território, onde vivemos até hoje. Em 1976 os Gaviões Parkatêjê liderados por Krôhokrenhũm conquistaram a autonomia da comercialização da Castanha do Pará e retomaram o controle de sua vida em termos econômico, político e cultural.

**Foto 03** - Safra da Castanha do Pará



**Fonte:** <https://agenciapara.com.br>

Quando SPI chamou, nós viemos pra cá e ficamos trabalhando na castanha, pra eles. Castanha, primeiro, era bom de dinheiro, mas agora ninguém quer comprar, por causa disso, tem de vender barato. Foi por causa da castanha que eu vim pra cá. Se não, eu ficava lá, em Praia Alta, adoidado, eu ficava lá com o povo. Então eu decidi vir pra cá, mas eu já sabia que era terra onde meu povo andava há muito tempo. (Cacique TOPRÂMRE KRÔHÔKRENHŨM 2011, p. 77-78).

**Foto 04** - Cacique Krôhokrenhũm, líder da Aldeia Parkatêjê



**Fonte:** <https://www.zedudu.com.br>

No decorrer da safra da Castanha do Pará o cacique Krôhôkrenhûm liderava e comercializava a coleta do referido fruto. Uma vez que a ênfase desse empreendimento estava na comercialização direta com os exportadores, os Gaviões passaram a utilizar os meios tradicionais de especulação de mercado, tanto em Marabá/PA quanto em Belém/PA, mecanismo este comum aos médios produtores regionais.

Os "contratos de compra e venda" de lotes de castanha eram assinados por dois representantes da "Comunidade Indígena Parkatêjê". A "Castanha dos Gaviões", distinta da "Castanha da FUNAI", era vendida em Belém, para onde a produção seguia em caminhões fretados pela Comunidade, face a algumas vantagens como o preço mais elevado e a correção da medida-padrão. Em Marabá/PA, esta medida é acrescida da chamada "cabeça do hectolitro" - cerca de 10 litros - para compensar ao comprador a perda ou quebra do produto até chegar aos seus depósitos em Belém/PA.

Desta maneira os Indígenas Parkatêjê estabeleceram relações pessoais e diretas com sociedade nacional. Atualmente a comunidade Parkatêjê conta com posto de saúde construído, escola, campo de futebol, casas de alvenaria conforme padrão Timbira, ou seja, circular.

O acampamento é o lugar onde a comunidade se reúne para as festas e as brincadeiras tradicionais, mas também é local de aprendizagem da cultura e da língua materna.

**Foto 5** - A importância da oralidade com os mais velhos para os moradores da Aldeia



**Fonte:** Acervo da Escola Peptykre Parkatêjê

No pátio da Aldeia acontecem as reuniões para tratar de assuntos de interesse da comunidade, o acampamento tem valor ritual e simbólico para o povo Parkatêjê. Com relação aos aspectos linguísticos e culturais, a comunidade vivencia o processo de revitalização cultural.

**Foto 6** - Alunos e membros da Comunidade aprendendo a história e os contos de seus antepassados



**Fonte:** Acervo da Escola Peptykre Parkatêjê

A aldeia Parkatêjê é um lugar tranquilo, onde a noite nos sentamos com os mais velhos ou jogamos bola, e é onde fazemos reuniões no pátio da aldeia. O dia a dia começa com cada pessoa em seus setores de trabalho, onde tem uma escola, posto de saúde, sede da associação Parkatêjê administrativa, e o apoio dos jovens que estudam a tarde ficam na limpeza do pátio da aldeia pela manhã, mais isso de vez enquanto.

A escola Peptykre Parkatêjê tem o ensino diferenciado, pois devido ser em uma comunidade indígena a aula não acontece somente na sala de aula, as aulas acontecem em todo canto da aldeia, pois aprendemos na prática a como fazer um Berarubu (comida típica tradicional do povo Parkatêjê), o arco e flecha, é na escola que aprendemos a teoria, juntamente com professores kupê (branco) e professores indígenas.

### **3.1 Oralidade indígena como forma de comunicação para o Povo Parkatêjê**

A história dos Parkatêjê sempre foi marcada por seu protagonismo em relação às adversidades que enfrentaram, seja por questões internas, seja por questões externas ao grupo, esse povo indígena teve que se posicionar firmemente como agente principal em suas relações para sobreviver. Antes mesmo do contato propriamente dito com a sociedade envolvente, os Parkatêjê enfrentaram problemas que quase os levou ao desaparecimento, o que, segundo Ferreira (2012), trouxe sérias consequências para a situação sociolinguística desse grupo.

O quadro linguístico foi agravado com a intensa relação estabelecida com os não índios a partir dos anos 60, segundo Araújo (2008), quando suas terras sofreram ataques dos circunvizinhos, impondo a presença sempre maior da Língua portuguesa. Já em meados dos anos 70, consoante à autora, o idioma nacional era corrente entre as crianças, que não aprendiam mais a Língua Parkatêjê como primeira língua. Assim, o Parkatêjê atualmente é falado por apenas um segmento de sua comunidade. Por não estar sendo transmitida às gerações mais novas, essa língua encontra-se em perigo de extinção.

O contato dos Parkatêjê com os não índios foi sua única possibilidade de sobrevivência, afirma Ferreira (2012). Mas, enquanto protagonistas de sua história, os Parkatêjê não se conformaram com a realidade sociolinguística circunstancialmente imposta a eles. Os membros da comunidade manifestam interesse de que seus filhos e netos guardem a memória dos antepassados e aprendam a língua-cultura, reafirmando a identidade de seu povo.

Quando o cacique disse *Mi ikw̃j tekjê ri* isto pertence ao meu povo principal memória do Capitão Krôhôkrenhũm a transmissão de vida e luta do Povo Parkatêjê uma preservação da cultura da língua materna com isso despertamos para a importância de valorizar nossa cultura e de revitalizar valores, como o respeito com cada um dos nossos parentes.

Aprendemos muito com esse trabalho. Ficamos sabendo de fatos do começo da nossa história, da história dos nossos pais, fatos que não conhecíamos, nem perguntávamos. Aprendemos que as três turmas que aqui vivem: Parkatêjê, Kyikatêjê, Akrãtikatêjê têm uma origem comum, uma raiz e que temos um grande cacique: um homem que, desde sua juventude, assumiu

a responsabilidade de garantir a sobrevivência física de sua turma, concretizando com isso uma verdade científica: é a presença física de homens e mulheres, socialmente organizados, que cria cultura.

Agora queremos redescobrir a cantoria, a dança e muitos outros aspectos da tradição Parkatêjê, que ainda povoam a memória dos mais velhos. Aprendemos que a língua é um sistema oral, que se transmite de geração a geração; que só sobrevive como instrumento de comunicação se for falada, desde a infância, mas que o seu registro escrito é um dos instrumentos que pode salvá-la do apagamento. Aprendemos que nossa língua, como qualquer outra língua humana, usa sons vocais que, juntados uns aos outros e associados com ideias, formam palavras e frases que revelam o mundo em que vivemos e a cultura que criamos. Aprendemos a entender um pouco mais sobre nossa língua. Despertamos para a importância de valorizar nossa cultura e de revitalizar valores, como o respeito com cada um dos nossos parentes (ME IKWÝ TEKJÊ RI 2011, p. 188-189).

Em suas relações sociais com os não-indígenas, os Parkatêjê foram apresentados à escola e ao ensino formal, passando a entender que por meio dessa instituição a comunidade tem a possibilidade de reverter o quadro de obsolescência linguística vivenciado atualmente. Assim, têm investido forças para que sua educação escolar indígena seja um diferencial em seu meio.

### **3.2. Caracterização da E.E.I.E.I.F.M Peptykre Parkatêjê**

Podemos ver que a presença das escolas nas aldeias foi pautada na promoção da política de branqueamento cultural, ou seja, na tentativa de tornar povos indígenas em cidadãos brasileiros aptos à comunhão nacional. A forte pressão do Estado brasileiro ocasionou a negação compulsória das identidades indígenas, suprimidas, sufocadas e intimidadas pela política de integração nacional (Fernandes, 2010).

**Foto 7 - Escola Peptykre Parkatêjê**



**Fonte:** Professora Maura Saldanha de Oliveira

A escola passou a ser assumida pelos povos indígenas, o princípio da mudança de paradigma nas ações do Estado com relação à política de educação escolar indígena acontece com a promulgação da Constituição Federal do Brasil, no ano de 1988.

A garantia dos artigos 231 e 232 na (CF, 1988), bem como a elaboração dos importantes dispositivos legais que a sucederam, foram conquistas da luta do movimento indígena e aliados da causa pela superação da visão colonialista no tratamento do Estado com relação aos povos indígenas.

Disputas marcadas pela violência física e simbólica foram travadas no campo político nacional para que tais instrumentos legais fossem assegurados.



**Foto 8** - Apresentação de trabalhos didáticos dos alunos na escola da Comunidade



**Fonte:** Acervo da Escola Peptykre Parkatêjê

Então, o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas não deve ser concebido como mera e benevolente concessão do Estado, mas como fruto da posição e resistência do movimento indígena, pois conforme nossa Carta Magna (1988), são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

**Foto 9** - Momento do ensino aprendizagem em sala de aula



**Fonte:** Acervo da Escola Peptykre Parkatêjê

Outra conquista importante para o reconhecimento das especificidades socioculturais e linguísticas dos povos indígenas foi a já citada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - 9394/96, que reconheceu as especificidades da educação escolar indígena, que também determina em seu artigo 78 a responsabilidade da União pelo desenvolvimento de programas integrados de ensino e pesquisa para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas com os objetivos de proporcionar aos índios, comunidades e povos, a recuperação das memórias históricas; a reafirmação das identidades étnicas, a valorização das línguas e ciências. E ainda, garantir o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não indígenas.

Já o artigo 79 define que os programas de ensino deverão ser planejados com audiência das comunidades indígenas com o objetivo de fortalecer as práticas culturais e a língua materna de cada povo, manter programas de formação pessoal especializada, destinado a educação escolar na comunidade indígena.

Angelo (2008, p. 47), diz que os direitos dos indígenas à escola, que atendem as especificidades demandadas, não têm sido garantidos em sua plenitude porque os maiores interessados, os indígenas, ainda não ocupam o papel de protagonistas nesse processo, o paradigma da educação específica, diferenciada e intercultural preceitua que a educação escolar indígena deve ser uma iniciativa de caráter comunitário, vinculada aos projetos societários de cada povo, deve considerar os saberes e conhecimentos, reafirmar a identidade étnica, as tradições e a memória histórica dos indígenas, mas deve também interagir com os novos saberes e relações advindas de outros povos.

**Foto 10** - Momento da coleta da folha, para o preparo do berarubu



**Fonte:** Acervo da Escola Peptykre Parkatêjê

Podemos ver que com o surgimento da Comunidade Indígena Parkatêjê na TI Mãe Maria, FUNAI instalou a primeira escola, nos anos de 1970, que se chamava Escola Indígena Kaykuture.

Com a mudança de gestão educacional da FUNAI para o Ministério da Educação (MEC), no início da década de 90, a comunidade Parkatêjê, juntamente com a Companhia VALE do Rio Doce e SEDUC-PA criaram uma escola em regime de convênio, denominada Escola Indígena Peptykre Parkatêjê. Este convênio contou com a participação de profissionais da área de Pedagogia, Linguística, Antropologia, professores indígenas: Kruwa Gavião, Jokorenhum, Pyaré, Payaré e líderes da comunidade com o objetivo de construir uma escola a partir das formas de organização social Parkatêjê, voltada para o fortalecimento da cultura e da língua do povo.

**Foto 11** - O preparo do Berarubu



**Fonte:** Acervo da Escola Peptykre Parkatêjê

O projeto teve a duração de quatro anos, de 1990 a 1994 e foi finalizado por falta de reconhecimento legal por parte da SEDUC-PA, ficando fechada até 1997, por um período de três anos. No início do ano de 1998, a escola foi reaberta, passando a partir deste momento a ficar sob total responsabilidade do Estado, conforme Resolução nº 516 de 18 de setembro de 1998, funcionando como anexa à Escola Raolino Pinto de Oliveira, que efetivou a convalidação dos estudos da escola em regime de convênio. “Eu fiz a pinicada, agora vocês seguem o caminho” (Krôhôkrenhũm).

A luta pela organização e funcionamento da escola foi protagonizada pelo cacique Krôhôkrenhũm que provocou uma reunião com o governador do Estado Almir Gabriel, que agendou uma audiência com a secretária de educação à época, onde compareceu uma comissão de representantes da comunidade, Ana Maria, Zequinha, Zeca Gavião, Mathias, Aritan e Puruprama juntamente com o Administrador Regional da FUNAI em Marabá, Eimar Araújo, onde foi apresentada a demanda da comunidade por educação escolar diferenciada, bilíngue e de qualidade.

A partir do reconhecimento definitivo da escola pela SEDUC – PA foram encaminhados contratos de professores indígenas e não indígenas dando início ao processo de reconhecimento da escola que foi autorizada pela portaria Resolução 256 do CEE de 22 de maio de 2003.

Os programas e os serviços de educação destinados aos povos interessados deverão ser desenvolvidos e aplicados em cooperação com eles a fim de responder às suas necessidades particulares, e deverão abranger a sua história, seus conhecimentos e técnicas, seus sistemas de valores e todas suas demais aspirações sociais, econômicas e culturais.

A autoridade competente deverá assegurar a formação de membros destes povos e a sua participação na formulação e execução de programas de educação, com vistas a transferir progressivamente para esses povos a responsabilidade de realização desses programas, quando for adequado.

Além disso, os governos deverão reconhecer o direito desses povos de criarem suas próprias instituições e meios de educação, desde que tais instituições satisfaçam as normas mínimas estabelecidas pela autoridade

competente em consulta com esses povos. Deverão ser facilitados para eles recursos apropriados para essa finalidade.

O povo Parkatêjê está em contato intermitente e mais intenso com a sociedade nacional desde o início do século XX, datando o contate permanente dos anos 50. Apesar da Inter-relação em vários níveis com a sociedade kupê, estreitada, sobretudo do ponto de vista econômico-financeiro, desde a década de 70, esse povo manteve e vem retomando práticas culturais que os identificam e os diferenciam dos demais povos indígenas, com atenção especial ao uso da língua materna.

A dualidade e o caráter dialético constituem aspecto fundamental das culturas jê e se mantêm entre os Parkatêjê na organização da aldeia, nos ciclos rituais, na avaliação das atividades, atitudes e ações. Por outro lado, o caráter comunitário da vida social se mantêm no exercício das atividades de roça, discussão no pátio e mesmo nas incursões á cidade; também valores como o respeito aos mais velhos, a generosidade e a manutenção da palavra são ainda prestigiadas.

De acordo o RCNEI (1998) as características da Escola Indígena estão voltadas por uma educação comunitária intercultural, bilíngue multilíngue específica e diferenciada, obtendo a partir dessas definições escolares uma visão de sociedade que transcende as relações entre humanos diversos e a força da natureza constituindo na escola um espaço de revitalização cultural e indenitária do povo indígena.

Essa participação efetiva, em todos os momentos do processo, não deve ser um detalhe técnico ou formal, mas, sim, a garantia de sua realização. A participação da comunidade no processo pedagógico da escola, fundamentalmente na definição dos objetivos, dos conteúdos curriculares e no exercício das práticas metodológicas, assume papel necessário para a efetividade de uma educação específica diferenciada (RCNEI 1988, p.24-25).

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Escola Peptykre Parkatêjê tem a direção do indígena Jathiati Kokoixunti Parkatêjê, é coordenada pela comunidade Parkatêjê através de Rãrãkre Tembê Jathiati Parkatêjê, Airomo e de Johopo Kukakrykre Aromkwyiti. Situa se na esfera estadual e encontra-se em Território Etnoeducacional Parkatêjê, localizada na TI Mãe Maria, inaugurada em 18 de setembro de 1998, sendo reconhecida pelo Conselho Regional de Educação do Pará.

Atualmente estão matriculados na escola nos seguintes níveis de ensino: No Ensino Médio: 1º ano 06 alunos, 2º ano 12 alunos e o 3º ano 04 alunos. Durante as aulas do ensino Médio há 05 funcionários trabalhando na escola; Diretor, Secretária, Vigia, e 02 Merendeiras. São 11 professores que trabalham com o Ensino Médio, sendo 09 não indígenas e 02 indígenas, a escola recebe a merenda fornecida pelo Governo Federal através SEMEDE do município de Bom Jesus do Tocantins-Pa.

Na parte da manhã temos o jardim I e jardim II e o fundamental, com 02 merendeiras, 06 professores e 02 professores bilingues, diretora e o vigia.

A escola Indígena Estadual Peptykre Parkatêjê possui o Projeto Político Pedagógico, que foi coordenado e elaborado pelo próprio povo Parkatêjê, com a participação de toda a comunidade em 2015. Cada etapa do P.P.P. foi decidida e apresentada à comunidade, juntamente com o Conselho de Educação. Ao final de sua elaboração, teve a aprovação do cacique Krôhokrenhũm, da Comunidade indígena Parkatêjê e Secretaria Estadual de Educação.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Indígena Estadual de Ensino Médio Peptykre Parkatêjê esta pautada nos amparos legais e nacionais da Educação Escolar Indígena, por meio dos seguintes documentos:

✓ Constituição Federal de 1988: artigos 210, 215, 231 e 232.

✓ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: artigos 26, 32, 78 e

79

✓ Plano Nacional de Educação (Lei 10.172 de 9 de janeiro de 2001)

✓ Parecer 14/99 - Conselho Nacional de Educação - 14 de setembro de 1999

✓ Resolução 003/99 Conselho Nacional de Educação - 10 de novembro de 1999

✓ Decreto Presidencial 5.051, de 19 de abril de 2004, que promulga a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

✓ Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas da Organização das Nações Unidas (ONU).

✓ O Projeto Político e Pedagógico da Escola apresenta os seguintes princípios da escola indígena.

- Uma visão de sociedade que transcende as relações humanas e admite diversos "seres" e força da natureza com os quais estabelecem relações de cooperação e intercâmbio a fim de adquirir - e assegurar - determinadas qualidades.

- Valores e procedimentos próprios de sociedade originalmente orais, menos marcadas por profundas desigualdades eternas, mas articuladas pela obrigação da reciprocidade entre os grupos que as integram.

- Nações próprias, culturalmente formuladas (por variáveis de uma sociedade indígena a outra) da pessoa humana e dos seus atributos, capacidades e qualidades.

- Formação de crianças e jovens como processo integrado; apesar de suas inúmeras particularidades, uma característica comum às sociedades indígenas e cada experiência cognitiva e afetiva, carregando múltiplos significados - econômicos e sociais, técnicos, rituais, cosmológicos.

Nesse aspecto, o trabalho de pesquisa junto às lideranças tradicionais e pessoas mais velhas da comunidade assume grande relevância, pois permite maior aproximação e apropriação das práticas tradicionais de ensino-aprendizagem, também oferece subsídios para elaboração de materiais culturais e linguísticos pelos próprios estudantes, na perspectiva do professor e

do aluno pesquisador, as paredes da escola não são mais limites para o aprendizado, que está nas danças, nos rituais, nas pinturas, na roça, em toda a dinâmica cultural, econômica, linguística, política e social.

Portanto, o calendário escolar está sempre em construção, porque as brincadeiras, as caçadas e as danças não têm dia definido nem hora marcada no calendário judaico-cristão para acontecer, porque baseados no tempo e espaço indígena (Fernandes, 2010, p. 53).

A partir do ensino aprendizagem da língua materna na aldeia Parkatêjê e sobretudo na Escola Peptykre Parkatêjê é de grande importância compreendermos que a educação indígena bilíngue e diferenciada é importante para os indígenas com a revitalização da oralidade voltada para o tronco linguístico Jê Timbira focando uma educação intercultural centrado a aprendizagem relacionada a língua materna local.

Durante o convívio na aldeia Parkatêjê, e por ser membro e aluna da língua materna, percebi que não só os alunos em sala de aula aprendem, mas, nós, os membros da comunidade Parkatêjê também aprendemos na convivência do dia a dia, uma atividade que é muito forte na revitalizar da cultura e do canto, todos os membros da aldeia Parkatêjê cantam, mais somente os bilíngues e os falantes da língua sabem os significados do canto.

Já dentro da sala de aula os professores bilíngues ensinam o canto e o significados dos cantos, em média de 20 apenas 10 aprendem a cantar e 5 aprendem a cantar e falar um pouco do significado do canto, então tem sempre aquela preocupação em não se deixar perder a fala Parkatêjê.

Portanto, os resultados deste estudo enunciam considerações relativas às ações dos professores bilíngues Parkatêjê na Escola Estadual Indígena de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio Peptykre Parkatêjê, a fim de evidenciar que esses, sejam dotados de saberes ancestrais, têm se apresentado como agentes colaboradores de seu povo na valorização e no fortalecimento de sua língua-cultura tradicional ensinada na instituição escolar.



**Foto 12** - Equipe de Professores da escola



**Fonte:** Acervo da Escola Peptykre

A partir das análises das entrevistas em forma de escutas, com os mais velhos e outras pessoas mais jovens da comunidade, e durante as observações realizadas no acampamento, e na escola chegamos as seguintes inferências:

✓ A Escola Parkatêjê integra aspectos de cultura tradicional, seja na organização do calendário que é elaborado de acordo com o fluxo cultural e econômico do povo, na linha pedagógica (transdisciplinar idade/recorrência) seja no processo de avaliação, promoção e transferência (uso dos conceitos, bom ou ruim escuta da comunidade), tendo em vista a reafirmação da identidade indígena e a autodeterminação.

Contando com uma educação intercultural orientada por professores indígenas bilíngues os quais procuram ministrar aulas práticas onde os alunos aprendem a falar tanto na língua portuguesa como na linguagem indígena por meio das práticas educativas do bilinguismo local.

**Foto 13 - Anciã confectionando cesto com o broto da folha de Palmeira**



**Fonte:** Acervo da Escola Peptykre Parkatêjê

✓ A Escola Parkatêjê atendendo ao que dispõe os artigos 19, 2º e 3º da Portaria Interministerial nº 559 de 16/04/91/, tem procurado garantir uma educação escolar de qualidade, laica e diferenciada que, ao mesmo tempo em que respeita e reafirma os costumes, tradições, língua, processos próprios de aprendizagem a organização social desse povo, vem possibilitando o acesso ao conhecimento e domínio dos códigos da sociedade nacional.

✓ Seu currículo tem como suporte teórico a Teoria Construtivista, entendendo a educação como um processo de construção do conhecimento no qual ocorre em condições complementares, por um lado, alunos e professores por outro os problemas sociais atuais construído a partir da realidade vivida atualmente.

✓ A escola Peptykre trabalha de acordo o RCNEI (1998), buscando uma interação com a Comunidade, família, escola e alunos promovendo atividades que permitam maior presença das atividades culturais visando a permanência dos alunos na escola aprendendo os conhecimentos tradicionais indígenas bem como os saberes ocidentais dos não indígenas, contamos com todas as modalidades de ensino do Pré-Escolar ao 3º ano do Ensino Médio.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidencia-se também que atualmente a escola em questão é um lugar de divulgação dos conhecimentos ancestrais, e, ainda, é um lugar onde as gerações de educadores, velhos e jovens, se mesclam, compondo o quadro dos educadores responsáveis pela transmissão dos saberes tradicionais do povo Parkatêjê que são ensinados ao público estudantil.

Portanto pesquisar o ensino e aprendizagem da língua materna indígena na aldeia Parkatêjê na escola Peptykre Parkatêjê foi sobretudo de grande valia, pois podemos compreender que a educação indígena bilíngue e diferenciada é importante para os indígenas na revitalização da língua materna, visto que o tronco linguístico jê timbira é o elo principal para esse povo que os identificam às variadas sociedades.

Ao longo dessa pesquisa debatemos questões sobre a valorização e o ensino da língua materna indígena no desafio da manutenção da oralidade nos diálogos cotidianos, focando obviamente o ensino na escola indígena, visto que o sistema da língua materna preocupa os líderes do povo Parkatêjê pois é cultural falar na língua indígena a qual está sendo prejudicada e esquecida pela intensificação das relações com os vários segmentos da sociedade ocidental.

Compreendemos que a maneira que a comunidade usa para permanecer o uso da língua a família é importante no processo educativo dos filhos na escola e nas atividades culturais, pois os professores bilíngues procuram mostrar as possibilidades e as permanências dialogando com os mais novos por meio do canto e dança, das festas culturais, das corridas de tora, bem como outras atividades locais onde os povos presentes se comunicam e compreendam as falas no dialeto indígena.

Podemos ver que a escola Peptykre trabalha de acordo o RCNEI (1998), buscando uma interação com a Comunidade, família, escola e alunos promovendo atividades que permitam maior presença das atividades culturais visando a permanência dos alunos na escola aprendendo os conhecimentos tradicionais indígenas bem como os saberes ocidentais dos não indígenas, contamos com todas as modalidades de ensino do Pré-Escolar ao 3º ano do Ensino Médio, contando com uma educação intercultural orientada por

professores indígenas bilíngue e não indígenas os quais procuram ministrar aulas práticas onde os alunos aprendem a falar tanto na língua portuguesa como na linguagem indígena por meio das práticas educativas do bilinguismo local.

Esperamos que este trabalho acadêmico sirva de incentivo e fonte de pesquisa para futuros graduandos e apoio didático para a escola Peptykre da Comunidade Indígena Parkatêjê.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Alcirene de Fatima Quiroz; OLIVEIRA, Maria Aparecida Oliveira. **Pohytetet: uma das brincadeiras dos índios Kyikatêjê**. Monografia - Graduação em História. Universidade Federal do Maranhão. Imperatriz-MA, 2007.

AZEREDO, F. **A Cultura Brasileira**: introdução ao estudo da cultura no Brasil. 6ª ed. Brasília: Editora UNB, 1996.

BRASIL. Lei 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br). <Acesso em 15 de abril de 2022.> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). <Acesso em 12 de jan. de 2023.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Secretaria de Educação fundamental. Brasília: MEC/SEF. 1998.

\_\_\_\_\_. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: [https://www.ufmg.br/copeve/Arquivos/2018/fiei\\_programa\\_ufmg2019.pdf](https://www.ufmg.br/copeve/Arquivos/2018/fiei_programa_ufmg2019.pdf). Acesso em 24 de jan. de 2023.

CAMARA JR. Mattoso. **Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras**. Rio de Janeiro: ao livro Técnico, 1979.

FERNANDES, Rosani de Fátima. **Povo Kyikatêjê**: saga de resistência e luta. Belém - Pará – maio de 2010.

MARIANI, Bethania. **Colonização Linguística**: línguas, política e religião no Brasil (século XVI a XVII (século XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII). Campinas: Pontes, 2004.

MELIA, Bartomeu. **Educação Indígena e Alfabetização**. São Paulo: Loyola, 1979.

MUNDURUKU, Daniel. **O Banquete dos Deuses**. São Paulo: Angra, 2000.

MĚ IKWŸ TEKJE RI: **Isto Pertence ao Meu Povo/Toprà̃mre Krôhôkrenhũm Jôpaipaire** - 1ª ed. - Marabá, PA: GKNORONHA, 2011.

Projeto Político Pedagógico da escola **Peptykre Parkatêjê**, 2015.


RIBEIRO, Arilda I. M. "Mulheres Educadas na Colônia" In: LOPEZ, E.M.T & FARIAS FILHO. L.M: VEIGA, G.C. **500 anos de Educação no Brasil**. 3ed. 1 reimp. Belo Horizonte: autêntica. 2007.

SANTOS, Gersen Luciano dos. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade LACED/Museu Nacional, 2006.

## **APÊNDICE 01: ENTREVISTA COM OS PROFESSORES BILÍNGUES**

1. Qual a forma que você realiza as atividades em sala de aula considerando a importância do ensino bilíngue?
2. Quais as maiores dificuldades que você enfrenta para desenvolver o ensino bilíngue?
3. Quais os apoios que você julga necessários para melhor auxiliar no seu trabalho diante de um ensino bilíngue?
4. Como era os primeiros ensinamentos da língua portuguesa ofertada pelos americanos quando vieram na Aldeia Parkatêjê?
5. Em que ano surgiram as primeiras escolas na Reserva Mãe Maria?
6. Durante as atividades culturais no pátio da Aldeia, como vocês observam o desenvolvimento dos alunos e membros da Comunidade?
7. Enquanto professor bilíngue, qual a sua preocupação com o ensino da língua materna?

## APÊNDICE 02: TERMOS DE CONSENTIMENTO

  
UNIFESSPA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidada a participar de uma entrevista que faz parte dos procedimentos metodológicos do Trabalho de Conclusão de Curso da aluna Janaina Jokrepoyre Lima Amjitopytyti, do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, sob a orientação da professora Ma. Vanja Elizabeth Sousa Costa. Sua participação consistirá em conceder uma entrevista em forma de escuta e ou relato respondendo às perguntas através de uma conversa com a aluna pesquisadora. Você poderá receber esclarecimentos, durante e após a finalização do processo. A pesquisa trata da Educação Escolar Indígena: preservação cultural do Povo Parkatêjê. Sendo seu objetivo geral identificar o processo do ensino- aprendizagem da língua materna Parkatêjê através da oralidade entre os mais velhos da comunidade. Informamos ainda que será mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão de informações que permitam identificá-la.

Eu, Jopãmare R. f. Parkatêjê, fui informada dos objetivos desta entrevista de maneira clara e declaro que concordo participar.

Marabá-PA, 24 de fevereiro de 2023.

Assinatura da entrevistada

Jopãmare R. f. Parkatêjê

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidada a participar de uma entrevista que faz parte dos procedimentos metodológicos do Trabalho de Conclusão de Curso da aluna Janaina Jokrepoyre Lima Amjitytyti, do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, sob a orientação da professora Ma. Vanja Elizabeth Sousa Costa. Sua participação consistirá em conceder uma entrevista em forma de escuta e ou relato respondendo às perguntas através de uma conversa com a aluna pesquisadora. Você poderá receber esclarecimentos, durante e após a finalização do processo. A pesquisa trata da Educação Escolar Indígena: preservação cultural do Povo Parkatjê. Sendo seu objetivo geral identificar o processo do ensino- aprendizagem da língua materna Parkatjê através da oralidade entre os mais velhos da comunidade. Informamos ainda que será mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão de informações que permitam identificá-la.

Eu, Adilene Aikepati Ribeiro Airoypoke fui informada dos objetivos desta entrevista de maneira clara e declaro que concordo participar.

Marabá-PA, 24 de fevereiro de 2023.

Assinatura da entrevistada

Adilene A. R. Airoypoke

Adilene Aikepati Ribeiro Airoypoke  
DIRETORA  
Portaria 274/2017-SAGEF.



**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidada a participar de uma entrevista que faz parte dos procedimentos metodológicos do Trabalho de Conclusão de Curso da aluna Janaina Jokrepoyre Lima Amjitopytyti, do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, sob a orientação da professora Ma. Vanja Elizabeth Sousa Costa. Sua participação consistirá em conceder uma entrevista em forma de escuta e ou relato respondendo às perguntas através de uma conversa com a aluna pesquisadora. Você poderá receber esclarecimentos, durante e após a finalização do processo. A pesquisa trata da Educação Escolar Indígena: preservação cultural do Povo Parkatêjê. Sendo seu objetivo geral identificar o processo do ensino- aprendizagem da língua materna Parkatêjê através da oralidade entre os mais velhos da comunidade. Informamos ainda que será mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão de informações que permitam identificá-la.

Eu, ANA MARIA BRITO RIBEIRO, fui informada dos objetivos desta entrevista de maneira clara e declaro que concordo participar.

Marabá-PA, 24 de fevereiro de 2023.

Assinatura da entrevistada

Ana Maria Brito Ribeiro